

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Operações

Hotéis Othon S.A. ("Companhia") é uma empresa de capital aberto, cuja atividade é a prestação de serviços na indústria hoteleira. Atualmente administra 10 hotéis e 6 suítes, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará, e na cidade de Lisboa (Portugal).

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A autorização para conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 20 de março de 2017.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2016 e em 31 de dezembro de 2015, juntamente com composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Hoje o método de equivalência patrimonial é considerado como estando dentro das IFRSs, e não mais exigindo a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da Controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.14.

2.2. Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas está em conformidade com as normas internacionais de contabilidade e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas anualmente pela Administração da Companhia, sendo alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

d) Base de consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas; os resultados das transações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos ativos e passivos são eliminados no processo de consolidação.

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as empresas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As práticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

	<u>% de participação</u>
	<u>2016</u>
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.	77,72
HBBH Novos Hotéis Ltda.	99,68
Plantravel - Planej., Viagens e Turismo Ltda	98,00

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos e receitas e despesas entre as empresas consolidadas;
- eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

e) Instrumentos Financeiros

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

- **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem, principalmente, os seguintes passivos financeiros não derivativos: partes relacionadas, empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

f) Contas a Receber

O Contas a receber corresponde materialmente a valores a receber de clientes pela prestação de serviços de hospedagem no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento fosse superior a um ano as contas a receber seriam classificadas no ativo não circulante. No entanto as contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo.

O Contas a receber de clientes, inicialmente, é reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando aplicável.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base nas prováveis perdas estimadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos na realização de créditos.

h) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes sujeitos à avaliação a valor presente e não identificou efeitos materiais a serem registrados nas demonstrações financeiras decorrentes de ajustes a valor presente de ativos e passivos monetários.

i) Estoques

Valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

j) Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras da controladora, as participações em sociedades controladas e coligadas foram ajustadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo, ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

k) Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear a partir da entrada em operação dos bens, às taxas mencionadas na Nota 9 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado. Os valores de alienação com o valor contábil são incluídos no resultado do exercício nas rubricas "Outras despesas e/ou receitas operacionais", no momento da alienação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

l) Demais ativos (circulante e não circulante)

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m) Empréstimos, financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção), ou na demonstração do resultado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

n) Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

o) Contribuição social e imposto de renda diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos, registradas no passivo não circulante, foram constituídas tendo como base o valor correspondente ao saldo da reserva de reavaliação e ao custo atribuído ("deemedcost"), considerando o CPC 32.

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

p) Passivos contingentes

Constituída com base na expectativa de perda estimada pela administração, respaldada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais (prováveis) com ações em curso em consonância ao CPC 25.

r) Ajuste a valor presente

Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajustar a valor presente os ativos e passivos de curto e longo prazos, em atendimento ao previsto no CPC 12.

s) Informação por segmento

A Companhia e suas controladas não elaboraram suas demonstrações por segmento conforme orientação do CPC 22, devido sua operação não possuir segmentos distintos, significativos, mas ser representada, substancialmente pela atividade hoteleira.

t) Operações descontinuadas

Nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidada do período corrente e do período anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica lucros após impostos. O lucro ou prejuízo resultante (após impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

u) Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas Demonstrações Financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4. Caixa e equivalentes de caixas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	126	1.946	128	2.377
Aplicações Financeiras	8	2.113	12	2.113
	134	4.059	140	4.490

A companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que se concentrem em baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

Refere-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) em instituições tradicionais e de baixo grau de risco.

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber	7.350	12.942	7.930	29.520
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(936)	(3.204)	(936)	
	<u>6.414</u>	<u>9.738</u>	<u>6.994</u>	<u>29.520</u>

O montante está registrado pelos valores nominais e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo logo sem efeito relevante nas Demonstrações Financeiras.

Para fim de melhor comparabilidade dos saldos, reclassificamos, no consolidado, o montante de R\$ 19.215 para “Adiantamentos e outras contas a receber”.

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	5.563	9.756	5.664	9.756
Vencidas até 30 dias	452	611	499	611
Vencidas de 31 a 120 dias	385	90	396	90
Vencidas de 121 a 180 dias	14	16	28	16
Vencidas há mais de 180 dias	936	2.469	1.343	2.469
	<u>7.350</u>	<u>12.942</u>	<u>7.930</u>	<u>12.942</u>

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas tendo como política a análise individual das posições pendentes de recebimento, levando em consideração a situação de risco e crédito de cada cliente, sendo registrada provisão para os casos em que a probabilidade de não recebimento é considerada provável pela Administração.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mercadorias para revenda (alimentos e bebidas)	934	962	934	962
Materiais de uso, consumo e manutenção	1.722	2.186	1.722	2.186
	<u>2.656</u>	<u>3.148</u>	<u>2.656</u>	<u>3.148</u>

Os estoques da Companhia de maior movimentação ao longo do ano tem características perecíveis e são de alta rotatividade. Logo em nosso modelo de negócio não temos provisão para estoques obsoletos.

7. Partes Relacionadas

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora

Partes Relacionadas	Categorias	Ativo		Passivo		Resultado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	49.785	45.545			4.160	5.113
Cotonificio Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	26.326	23.907			2.191	2.687
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	25.167	23.034			2.103	2.592
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	12.975	14.017			1.257	1.595
Othon Administração S.A (1)	controladora	621	995			87	114
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras		1.968	22		110	266
HBBH – Novos Hotéis Ltda (2)	controlada			11.292	10.986	(969)	(1.203)
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A (2)	controlada	44.836	39.071			3.649	4.286
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	21.960	17.689			1.728	1.407
Plantravel (2)	controlada			746	489	(52)	
Outros	outras	1.038	867	1.995	2.321	(98)	65
		182.708	167.093	14.055	13.796	14.166	16.922
Provisão para perdas		(88.548)	(85.559)			(2.989)	(8.678)
		94.160	81.534	14.055	13.796	11.177	8.244
Circulante				12.038	11.888		
Não Circulante		94.160	81.534	2.017	1.908		
		94.160	81.534	14.055	13.796		

(1) Demonstrações Financeiras não auditadas

(2) Demonstrações Financeiras auditadas

Consolidado

Partes Relacionadas	Categorias	Ativo		Passivo		Resultado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	49.785	45.545			4.160	5.113
Cotonificio Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	27.531	25.012			2.292	2.811
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	25.167	23.034			2.103	2.592
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	13.832	14.804	11.626	10.654	356	507
Othon Administração S.A (1)	controladora	7.412	7.221			655	815
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras	354	2.292	1.685	1.523		129
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	54.773	47.750	37	34	4.469	4.787
Outros	outras	972	805	3.631	3.820	(239)	(8)
		179.826	166.463	16.979	16.031	13.796	16.746
Provisão para perdas		(121.831)	(116.050)			(5.781)	(10.514)
		57.995	50.413	16.979	16.031	8.015	6.232
Circulante		26	35		413		
Não Circulante		57.969	50.378	16.979	15.618		
		57.995	50.413	16.979	16.031		

(1) Demonstrações Financeiras não auditadas

Não foi constituída provisão para perda da operação de mútuo existente entre a Companhia e o Cotonificio Othon Bezerra de Mello S.A. tendo em vista que o Cotonificio cedeu e transferiu todos os créditos que tem a receber nos autos do processo de desapropriação nº 0069221-39.2011.8.17.0001, em tramite na 5ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Recife/PE, referente a desapropriação dos imóveis situados na Avenida Norte, nº7.695 e 7.487, no bairro de Macaxeira, na Cidade de Recife/PE, registrados na 3ª Circunscrição do RGI de Recife/PE sob os números 1.573 e 1574, respectivamente, avaliados em R\$ 23.950 e já com o depósito efetuado pelo Governo do Estado de Pernambuco, em pagamento do saldo devedor em aberto junto a

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia. A Companhia já levantou 80% do valor do depósito judicial e está aguardando a conclusão do laudo pericial que resultará na majoração do valor da desapropriação.

Termos e condições das transações com partes relacionadas

As principais transações mantidas entre a Companhia e as empresas ligadas são empréstimos (mútuos) incidindo juros de 2% a.a. e variação do IPCA, para atualização desses contratos, observadas as condições comutativas de mercado. Os contratos vencem entre janeiro de 2016 a dezembro de 2036. As perdas julgadas prováveis pela Administração da Companhia, referentes aos ativos de difícil realização, foram provisionadas.

Os aluguéis pagos por força de arrendamento de propriedade de partes relacionadas são os geralmente praticados pelo mercado.

Transações com o pessoal chave da administração

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010, o pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores que encontram-se em Hotéis Othon S/A. Sua remuneração está demonstrada a seguir:

Remuneração dos administradores	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração dos conselheiros e estatutários	930	2.141
Encargos sociais de diretores e conselheiros	14	113
Benefícios de curto prazo a participação de resultados	12	78
	<u>956</u>	<u>2.332</u>

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo e tão pouco remuneração baseada em ações. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

8. Investimentos

Controladora

	Participação em 31/12/2016	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do período		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo contábil dos investimentos		Saldo da provisão para perda sobre passivo a descoberto	
	%	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.(1)	77,72	(44.760)	(36.610)	(8.150)	(8.701)	(6.334)	(6.762)			34.787	28.453
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (2)	20,27	(24.060)	(22.732)	(1.328)	(1.116)						
Gia Agropastoril Vale do Rio Una (2)	6,36	1.961	2.964	(1.003)	(1.587)	(63)	(101)	125	188		
HBBH Novos Hotéis Ltda. (1)	99,68	137.892	140.425	(2.534)	(683)	(2.526)	(681)	137.449	139.975		
Plantravel – Planej., Viagens e Turismo (1)	98,00	1.424	1.279	145	289	142	283	1.396	1.253		
						(8.781)	(7.261)	138.970	141.416	34.787	28.453
Provisão para perdas em investimentos									(292)		
						(8.781)	(7.261)	138.970	141.124	34.787	28.453

(1) Demonstrações Financeiras auditadas

(2) Demonstrações Financeiras não auditadas

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

CONTROLADORA					
Itens	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuído	31/12/2016	Valor Líquido	31/12/2015
			Depreciações Acumuladas		Valor Líquido
1 Terrenos, edificações e construções (*)	2,83 a 4,00 (*)	312.476	(77.339)	235.137	229.613
2 Instalações	7,14	13.074	(7.921)	5.153	5.186
3 Móveis e utensílios	6,67	28.597	(21.003)	7.594	7.919
4 Máquinas e equipamentos	6,67	23.420	(18.461)	4.959	4.771
5 Veículos	10	653	(327)	326	105
6 Computadores, periféricos e softwares	9,09	3.864	(3.019)	845	703
7 Imobilizações em curso e outras (*)		5.830		5.830	10.919
Total		387.914	(128.070)	259.844	259.216

CONSOLIDADO					
Itens	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuído	31/12/2016	Valor Líquido	31/12/2015
			Depreciações Acumuladas		Valor Líquido
1 Terrenos, edificações e construções (*)	2,83 a 4,00 (*)	498.835	(104.361)	394.474	392.112
2 Instalações	7,14	13.086	(7.933)	5.153	5.186
3 Móveis e utensílios	6,67	28.702	(21.102)	7.600	7.929
4 Máquinas e equipamentos	6,67	23.428	(18.469)	4.959	4.771
5 Veículos	10	756	(408)	348	135
6 Computadores, periféricos e softwares	9,09	3.896	(3.045)	851	710
7 Imobilizações em curso e outras (*)	0	5.830		5.830	10.919
Total		574.533	(155.318)	419.215	421.762

(*) saldos de terrenos e imobilizações em curso da Controladora, no montante de R\$ 96.270 e do Consolidado de R\$ 187.487 não são depreciados.

A companhia avaliou a existência de evidências da necessidade de ajustes sobre valor de realização destes ativos (impairment) e não encontrou.

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Em moeda nacional					
Capital de giro	14,16% a.a	1.268	3.688	1.268	3.688
Capital de giro	15,66% a.a		59		59
Capital de giro	16,49% a.a	653	1.260	653	1.260
Capital de giro	17,18% a.a	404	713	404	713
Capital de giro	16,77% a.a	1.629	2.792	1.629	2.792
Capital de giro	18,86% a.a	295	3.286	295	3.286
Capital de giro	16,90% a.a	3.306		3.306	
Capital de giro	(*)		1.426		1.426
Duplicatas Descontadas		1.350		1.350	
Conta garantida	Juros de 18,58% a.a.	2.590	300	2.590	300
Arrendamento mercantil financeiro	CDI	210	37	217	59
		<u>11.705</u>	<u>13.561</u>	<u>11.712</u>	<u>13.583</u>
Passivo circulante		10.389	12.167	10.396	12.182
Passivo não circulante		<u>1.316</u>	<u>1.394</u>	<u>1.316</u>	<u>1.401</u>
		<u>11.705</u>	<u>13.561</u>	<u>11.712</u>	<u>13.583</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2017		1.394		1.401
2018	1.125		1.125	
2019	191		191	
Passivo não circulante	<u>1.316</u>	<u>1.394</u>	<u>1.316</u>	<u>1.401</u>

Todos os empréstimos e financiamentos são em moeda nacional, os valores contábeis dos empréstimos do circulante e não circulante aproximam-se de seu valor justo.

A Companhia concede como garantia, na maioria dos seus contratos de empréstimos, os direitos creditórios de sua titularidade.

11. Obrigações Tributárias Parceladas – Não Circulante

Os vencimentos dos parcelamentos em 31 de dezembro de 2016 são demonstrados como segue:

Impostos	2018	2019	2020	Após 2020	Não Circulante
ISS	1.395	1.365	725	901	4.386
ICMS	43				43
IPTU	7.458	7.416	7.328	7.273	29.475
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	17	6			23
PARC. FEDERAL - PIS/COFINS/INSS/IOF	255	255	255	64	829
	<u>9.168</u>	<u>9.042</u>	<u>8.308</u>	<u>8.238</u>	<u>34.756</u>

Programas de Parcelamentos Incentivados - PPI

Em dezembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Prefeitura Municipal de São Paulo, em relação aos tributos IPTU e ISS, pelo prazo de 120 meses. No exercício de 2014 a Companhia liquidou antecipadamente o IPTU restando, atualmente, apenas 35 parcelas a pagar do ISS (59 parcelas em 2014).

Nos meses de fevereiro, março e junho de 2013, a Companhia aderiu ao PPI Carioca, instituído através da Lei nº 5.546 de 27 de dezembro de 2012, formalizando o parcelamento de IPTU de todas as unidades, bem como o reparcèlement do ISS em até 84 parcelas.

A Companhia celebrou um acordo com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro no qual sua dívida com parcelamentos de IPTU foi recalculada em virtude de créditos oriundos de ações discutidas judicialmente. Com o referido acordo, os parcelamentos foram recalculados, gerando um montante positivo de R\$ 16.011, reconhecido em suas Demonstrações no mês de dezembro de 2016.

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Parcelamentos de Obrigações Tributárias e Previdenciárias pelo Programa Refis

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
REFIS – Lei 11.941/2009	6.499	7.570	36.636	41.858
REFIS – Lei 12.865/2013	13.518	11.917	176.755	162.582
REFIS – Lei 12.996/2014	31	23	440	408
	20.048	19.510	213.831	204.848

- **Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV – Lei 11.941/2009**

Com a edição da Lei Federal nº 11.941 de 27/05/2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Na ocasião, foram incluídos novos débitos e migrado para o novo REFIS (da Lei Federal 11.941/2009) o saldo remanescente do antigo PAES.

A Lei 12.865/2013 reabriu o prazo de adesão ao programa originalmente instituído pela Lei 11.941/2009, permitindo a migração de saldos remanescentes de parcelamentos anteriores para o programa, bem como, a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 30 de novembro de 2008. Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou o requerimento de adesão e procedeu a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que pretende incluir no parcelamento de acordo com o calendário divulgado pela Receita Federal.

Em 18 de junho de 2014, com a publicação da Lei federal 12.996/2014, foi reaberto o prazo de adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB que permitiu a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 31 de dezembro de 2013. Em 21 de agosto de 2013, foi formalizado pela Companhia o requerimento de adesão e a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB que pretende incluir no parcelamento de acordo com o calendário divulgado pela Receita Federal.

A movimentação dos tributos parcelados – REFIS IV, no ano de 2013, 2014 e 2015 foi como segue:

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrativo das variações no REFIS IV com a migração do saldo remanescente do REFIS I.

	<u>Lei 11.941/2009</u>	<u>Lei 12.865/2013</u>	<u>Lei 12.996/2014</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2015	50.808	158.515	384	209.707
Inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente				
Benefício adquirido pela inclusão de novos				
Pagamentos (1)	(5.450)			(5.450)
Juros	4.070	15.984	47	20.101
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>49.428</u>	<u>174.499</u>	<u>431</u>	<u>224.358</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2015	49.428	174.499	431	224.358
Pagamentos (1)	(9.785)			(9.785)
Juros	3.492	15.774	40	19.306
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>43.135</u>	<u>190.273</u>	<u>471</u>	<u>233.879</u>
Passivo circulante	6.499	13.518	31	20.048
Passivo não circulante	36.636	176.755	440	213.831
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>43.135</u>	<u>190.273</u>	<u>471</u>	<u>233.879</u>

Observados os benefícios instituídos por tal programa, bem como a utilização do prejuízo fiscal acumulado como forma de quitação de parte da dívida, o saldo estimado consolidado migrado do REFIS I para o REFIS IV juntamente com a inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente, passa de R\$ 190.743 para R\$ 138.512 conforme demonstrado abaixo:

Transferência do REFIS I - Lei 9.964/2000	139.373
Inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente	5.985
Inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente em 2014	411
Benefício adquirido pela inclusão de novos	(1.334)
Benefício adquirido pela inclusão de novos Lei 12996	(50)
Juros	46.358
Total da inclusão no programa de parcelamento	<u>190.743</u>
Utilização do prejuízo fiscal acumulado como forma de quitação	(25.004)
Pagamentos a compensar	(27.227)
Saldo estimado da consolidação	<u>138.512</u>

O art. 7º da Lei 11.941/2009 estabelece que as pessoas que se mantiverem ativas no parcelamento poderão a qualquer tempo amortizar seu saldo devedor com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 40% (quarenta por cento) das isoladas, de 45% (quarenta e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal mediante a antecipação do pagamento de parcelas. Caso a Cia tivesse utilizado esse benefício em 31 de dezembro de 2016, o valor da redução da dívida teria sido de R\$ 40.044.

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Contribuição Social e Imposto de Renda

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social operações continuadas	(2.667)	(2.208)	(25.785)	(25.163)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social operações descontinuadas				
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(907)	(751)	(8.767)	(8.555)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	2.886	(28)	2.468	112
Despesas não dedutíveis	2.713	4.771	4.788	5.924
Compensação de prejuízo fiscal				
Crédito tributário diferido não contabilizado	(3.268)	(1.500)	766	3.953
Reversões de provisões administrativas	(1.668)	(1.668)	(1.432)	(1.946)
Realização da reserva de reavaliação	1.816	1.816	209	209
Participação de Acionista Não Controladores		(651)		(744)
Benefício adquirido pela migração para REFIS IV Lei 11.941				
Utilização do Prej. Fiscal acumulado como forma de quitação reabertura REFIS IV				
Outras	(16)	26	1	(298)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	1.556	2.015	(1.967)	(1.345)
Correntes	(3.372)	(3.918)		(710)
Diferidos	1.816	1.903	1.967	2.055
Alíquota efetiva	-58,34%	-91,27%	7,63%	5,35%

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação aplicável.

14. Provisão para Contingências

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, tomou as providências cabíveis em cada situação e entende que são suficientes para salvaguardar o patrimônio líquido da Companhia, não existindo indicações da necessidade de reconhecimento de quaisquer contingências adicionais em relação às contabilizadas.

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	5.076	4.613	6.595	4.482	5.076	4.613	6.595	4.533
Cíveis	12.868	3.607	14.260	3.138	24.761	3.796	28.537	3.385
Fiscais	180	57	75	57	180	57	76	57
	18.124	8.277	20.930	7.677	30.017	8.466	35.208	7.975

A Companhia figura como ré, em 31 de dezembro de 2016, em 215 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com vínculo empregatício, verbas rescisórias, danos morais, integração da taxa de serviço ao salário, responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais noturnos, de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, indenizações decorrentes de suposta doença ocupacional ou acidente do trabalho. A administração de Hotéis Othon, com base na opinião de seus assessores legais, entende que a provisão de R\$ 5.076 é suficiente para resguardar o seu patrimônio líquido.

Especificamente no que diz respeito às contingências de natureza cível, o saldo de provisão abrange diversas ações, dentre elas duas versam sobre o mesmo assunto: Ações ordinárias de ressarcimento de direitos autorais, propostas pelo ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição contra o Hotéis Othon S/A, iniciadas na década de noventa, através das quais pretende o ressarcimento de valores à título de direitos autorais, em razão de suposta retransmissão radiofônica de obras musicais nos aposentos dos estabelecimentos, além de obter proibição de transmissão de obras musicais nas dependências da rede hoteleira. Essas ações são contra o Bahia Othon Palace e dois outros Hotéis em Recife, que não pertencem mais à Hotéis Othon. Nossa tese de defesa se baseia na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (súmula n. 63), no sentido de que a cobrança de direitos autorais somente é cabível em casos de retransmissão radiofônica em locais públicos dos estabelecimentos comerciais, não se aplicando, portanto, aos cômodos dos hóspedes. Na Bahia a sentença de primeira instância julgou procedente o pedido do ECAD, condenando Hotéis Othon ao ressarcimento de danos patrimoniais, referentes a parcelas vencidas a partir de novembro/1994; bem como nas parcelas a vencer, calculadas pelo valor da mensalidade vezes a quantidade total de apartamentos existente no hotel; e na proibição de utilização de sonorização ambiente de seus apartamentos. Apresentamos recurso de apelação e recurso especial em que não logramos êxito, reiterando a nossa tese de não cabimento da cobrança ou, ainda, da necessidade de liquidação dos valores pelo cálculo de utilização média. O processo retornou à Comarca de Salvador para início da fase de cumprimento de sentença. Na Comarca de Recife foi proferida sentença, julgando procedentes os pleitos do ECAD, condenando Hotéis Othon ao pagamento das mensalidades referentes aos direitos autorais do período de abril/1992 até a data da efetiva execução. Apresentamos recurso de apelação, tendo o Tribunal de Justiça local excluído da cobrança a taxa relativa à instalação de equipamentos audiovisuais nos cômodos dos hotéis, mantendo apenas a condenação quanto ao pagamento de direitos autorais pela reprodução de música em ambiente público, determinando a necessidade prévia de liquidação da condenação, com base na utilização efetiva do serviço, nos termos da jurisprudência do STJ. Desse acórdão o ECAD interpôs recurso especial que não foi conhecido. Hotéis Othon não recorreu. A sentença transitou em julgado. Em 2013 o ECAD requereu o cumprimento da sentença, sem observar a necessidade de prévia liquidação da condenação, em fase própria. Apresentamos objeção de pré-executividade, alegando que os valores da condenação deveriam ser liquidados previamente, mediante procedimento próprio. A cobrança dos direitos autorais deve ser limitada à data de desativação dos Hotéis, ocorridas em 1993 e em 1997. Atualmente, aguardamos o julgamento desse recurso. Os valores envolvidos nessas ações são de R\$1.300.

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hotéis Othon é réu em ação declaratória de inadimplemento contratual com cobrança de aluguéis movida por Lazar Empreendimentos Imobiliários Ltda., Supra Construções Ltda., MRHL Participações e Comércio Ltda. e Hexa Empreendimentos Imobiliários Ltda. na Comarca de Fortaleza. A ação tem como objeto a declaração judicial do inadimplemento de contrato de locação e condenação ao pagamento de alugueres e tributos vencidos, multa e penalidades contratuais, além de perdas e danos, referentes à locação de imóvel em que Hotéis Othon manteve empreendimento hoteleiro. O processo teve sentença de primeiro grau e decisão do Tribunal de Justiça do Ceará desfavoráveis à Hotéis Othon e está em fase pericial em processo de execução provisória. O valor em debate está em torno de R\$10.084.

15. Outros Passivos Contingentes

a) A Companhia, através de ação de Embargos à Execução, discute o valor do crédito exigido pelo Banco Morada S.A., que requer em ação de Execução de Título Extrajudicial o pagamento do valor devido pelo inadimplemento das prestações mensais, corrigidas por índices ajustados no contrato de arrendamento mercantil (leasing) do imóvel onde funcionou o Hotel Pajuçara Othon, em Maceió – Alagoas. Os assessores jurídicos da Companhia divergem do valor executado pelo autor Banco Morada S.A., avaliando como possível a chance de êxito para a Companhia nesta demanda, de modo a reduzir o valor cobrado na ação. Atualmente a execução encontra-se suspensa por força da oposição de embargos pela Companhia, estando este em fase de perícia contábil. Um primeiro laudo pericial foi produzido nos embargos à execução e homologado por sentença. Contra essa decisão foi interposta apelação, a qual decretou a nulidade da sentença e determinou a complementação do laudo pericial. Um novo perito foi nomeado e aguarda-se reinício da perícia. Adicionalmente, a Companhia move contra o Banco Morada S.A. uma ação onde pretende haver deste a devolução do valor referente ao VRG (Valor Residual Garantido), pago junto com as contraprestações do contrato de leasing. Em junho de 2010 foi proferida sentença desfavorável a Companhia, tendo sido interposto recurso de Apelação. O Acórdão publicado em abril de 2011 deu provimento ao recurso, de modo a anular a sentença e determinar o prosseguimento do feito observado o devido processo legal. Novo Perito nomeado pelo Juiz produziu laudo pericial desfavorável afirmando que não haveria VRG a ser restituído à Companhia. Frente tal sentença interpusemos Recurso de Apelação, onde foi determinada a realização de nova perícia no Tribunal. Esse laudo pericial reconheceu a existência de VRG antecipado. À luz do novo laudo a Apelação foi provida para condenar a Massa Falida do Banco Morada S/A a restituir o valor de VRG. A Massa Falida do Banco Morada interpôs Recurso Especial pendente de julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça; e

b) Hotéis Othon litiga ainda em execução movida pelos Fundos de Investimento Santos Credit Yield Fundo de Investimento Financeiro e Santos Credit Master Fundo de Investimento Financeiro, originalmente do mesmo grupo econômico do Banco Santos, por Cédulas de Crédito Bancário emitidas e não pagas pelos Hotéis Othon, com avais pessoais. Contra a execução, Hotéis Othon se insurgiram por meio de embargos à execução, sob alegação, em síntese, de que a emissão das CCB's executadas teria se dado em razão de fraude praticada pelo Banco Santos e seus então administradores, responsáveis pelo grupo econômico do qual os exequentes faziam parte. Os embargos à execução foram julgados improcedentes em primeira instância, tendo-se logrado êxito em reverter por completo a sentença em segunda instância, decidindo, o Tribunal de Justiça, pela procedência da ação e a consequente anulação dos títulos executados. O processo

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

está sendo enviado para o STJ, onde será julgado Agravo contra despacho denegatório de Recurso Especial, avaliando-se como remotas as chances de perda por Hotéis Othon na demanda.

16. Capital Social

Em 12 de agosto de 2015, atendendo ao ofício nº 147/2015 - DRE BM&FBovespa, a companhia procedeu o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, ambas na proporção de 10 (dez) para 1 (uma) para manutenção da cotação em valor superior ou igual a R\$ 1,00 por unidade. Dessa forma, o capital autorizado da Companhia é de R\$39.000 e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 31.984 e compõem-se de 10.477.917 ações ordinárias e 7.894.494 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

17. Seguros

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2016, apólices de seguros com os seguintes capitais segurados, os quais entende serem adequados para cobertura dos seus ativos:

Modalidade	Importância segurada
Danos materiais	200.000
Roubo	71
Automóveis	1.100
Acidentes pessoais	428
Lucros cessantes	92.000
Responsabilidade Civil	15.000
Outros	5.128

18. Despesas com Contratos de Arrendamento - Controladora

A Companhia arrenda hotéis de terceiros, de acionistas e de companhias associadas. As despesas com esses arrendamentos estão apresentadas como segue:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
De terceiros	87	96
De acionistas (pessoa física)	636	617
	<u>723</u>	<u>713</u>

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras				
Juros sobre mútuos	15.344	18.416	17.246	19.987
Juros recebidos por atraso	28	265	28	265
Rendimentos de aplicação financeira	10	21	17	37
Descontos obtidos	26	91	26	93
Outras receitas	318	226	353	226
	<u>15.726</u>	<u>19.019</u>	<u>17.670</u>	<u>20.608</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	2.688	3.205	4.961	4.952
Juros sobre passivos fiscais	38.263	37.107	38.231	37.512
Juros sobre faturas fornecedores e serviços públicos	1.731	1.977	1.924	1.784
Tributos sobre receita financeira	730	405	950	526
Descontos concedidos	144	151	144	151
Outras despesas	1.662	1.525	1.652	1.521
	<u>45.218</u>	<u>44.370</u>	<u>47.862</u>	<u>46.446</u>

20. Receita Líquida

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta		
Receita com diárias	132.090	129.872
Receita de alimentos e bebidas (A&B)	21.543	20.464
Taxa de administração de hotéis	1.878	2.070
Outras receitas	7.872	8.141
Deduções da receita bruta		
Cancelamentos e devoluções	(31)	(34)
Descontos concedidos	(50)	(73)
Impostos	(19.618)	(15.710)
Receita líquida	<u>143.684</u>	<u>144.730</u>

21. Créditos Fiscais

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2016, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 21.920 e R\$ 31.328, respectivamente. Face a incerteza de sua recuperação, a administração não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os referidos créditos.

HOTÉIS OTHON S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gestão de Riscos

Risco de crédito – A seletividade e a análise criteriosa da situação financeira e econômica, assim como do histórico de crédito dos seus clientes e ainda o acompanhamento semanal da pontualidade de pagamentos são procedimentos que a Companhia adota de modo a minimizar eventuais problemas de "default". A exposição ao risco de crédito é, desta forma, monitorada com grande rigor, resultando historicamente num prazo médio de faturamento inferior a 20 dias e numa taxa de inadimplência em torno de 1,5%, o que respalda a política de preservação de créditos adotada pela Companhia.

Risco de taxa de juros – Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vier a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos. A Companhia tem procurado atrelar seus empréstimos à indicadores com menores taxas e baixa flutuação.

Risco dos instrumentos financeiros – A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros para fins de hedge.

Risco de mercado - A Administração entende que, não existem riscos eminentes à atividade de Hotelaria, e que nesse momento o setor encontra condições favoráveis, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde está localizada nossa principal base.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

23. Eventos subsequentes

A companhia avaliou os acontecimentos entre a data base da presente Demonstração Financeira e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas das gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.